

UM ENFOQUE TEÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DE MULHERES NEGRAS¹.

Agatha Leticia Eugênio da Luz

Graduanda em Pedagogia na Universidade do Estado do Pará e Psicologia na Universidade da Amazônia.

E-mail: agatha_letici@hotmail.com

Ana D'Arc Martins de Azevedo

Doutora em Educação

Professora da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

E-mail: azevedoanadarc@gmail.com

RESUMO

O referente trabalho, busca evidenciar a educação em interface com as relações étnico raciais embasado nas concepções de uma educação antirracista, resgatando a história das mulheres negras, que contribuíram/contribuem com a militância e empoderamento da identidade negra, viabilizando um conhecimento de histórias negadas, silenciadas e excluídas do contexto educacional, mas que repercute cotidianamente na sociedade brasileira, em forma de racismo, sexismo e discriminação. Assim, trabalho consiste em um estudo de pesquisa bibliográfica, contemplando a inserção e efetivação da Lei 10.639/03, que visa a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro Brasileira em todos os níveis de ensino, resultando no reconhecimento de um modelo educacional que desenvolva um pensamento crítico e reflexivo sobre diversidade racial e de gênero, proporcionando uma ruptura de posturas e posicionamentos, centralizando a temática étnico racial no currículo escolar, e que fomente a construção da identidade negra, no qual é entendida como uma construção social, histórica, cultural e de resistência do seu papel social.

Palavras-chave: Educação Antirracista. Mulher Negra. Relações Étnico Raciais.

INTRODUÇÃO

A história da escravização no Brasil se deu a nos anos de 1530 a 1888, no qual negros(as) africanos(as) eram sequestrados(as) de suas terras, para trabalharem para uma minoria branca.

Segundo Bentes (2013), foram traficados mais homens que mulheres africanas, com predominância de jovens. Estima-se que, no Brasil foram trazidos(as) aproximadamente 4 milhões de negros(as), e o tráfico negreiro tornou-se a principal fonte de reabastecimento de mão de obra escravizada. Para Amaral (2014), outros aspectos que marcam essa história de escravização no Brasil, foi o controle, a vigilância e a punição a quaisquer formas ou ações que colocasse em risco a vida do sistema colonial.

Desta forma, os(as) negros(as) foram incorporados(as) na sociedade brasileira com muitos deveres e expropriados de direitos, o que reflete na essência econômica e política desses sujeitos escravizados. Isso explica, a necessidade da criação de políticas afirmativas e públicas para a

¹ Trabalho curricular

promoção da igualdade racial, sendo a escola uma das importantes instituições à promover esta mudança, visto que é a educação um forte propulsor da cultura, na qual o sujeito fomenta apropriação da sua história e entende-se como constituidor da mesma.

Nessa perspectiva, foram criadas políticas públicas educacionais, estabelecendo a equidade, no que concerne a Lei 10.639/03, que visa a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro Brasileira nas escolas públicas e particulares de Ensino Fundamental e Médio, objetivando refletir sobre a necessidade de ampliação dos conhecimentos que envolva a educação étnico racial.

Assim, este trabalho discute sobre a relevância, no qual pretenda ressignificar o empoderamento da identidade negra e a consolidação de uma nação democrática, bem como, ao reconhecimento e à valorização da história e da cultura de raízes africanas.

UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS

A educação em relações étnico raciais tem como marcador histórico em meandros do século XX, constituída como uma forte bandeira do movimento negro.

As questões, como a discriminação do negro no livro didático, as necessidades de inserção da temática racial em sala, a aplicação da Lei 10.639/03, e o silêncio a favor da discriminação racial nos âmbitos escolares, ganharam mais espaços no âmbito das pesquisas, resultando em criações de políticas públicas educacionais. Assim,

a Educação das Relações Étnico Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimento, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnica racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2004, p. 1).

As práticas que consolidam o preconceito, a discriminação e a exclusão dos(as) negros(as) nos diversos espaços sociais, muitas vezes, acontecem de maneira velada, sendo internalizada na sociedade, e as pessoas acabam não atentando para suas diversificadas formas de materialização, e concluem que o racismo e discriminação é construído e internalizado apenas pelas pessoas negras.

Bento (2014) afirma que no Brasil, o branqueamento é entendido como um problema exclusivo do negro, que descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar como branco miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais. Porém, tal

perspectiva exige uma discussão da racialização do branco, que se quer reconhece que ela existe, apesar de positivada.

Fanon (2008), aborda que a civilização europeia quando entrou em contato com o negro, o estereotipou de maneira negativa, no qual o identificava como “princípio do mal”, os comparando com as trevas, labirintos, as profundezas, etc.

Essa racialização europeia em relação aos(as) negros(as), trouxeram profundas mazelas e atrasos para a superação do racismo, por isso, Oliveira e Candau (2009), defendem um perspectiva de pedagogia decolonial, no qual entendem como uma estratégia que vai além da desconstrução da descolonização, ou seja, supõe também a construção e criação do ser, do poder e do saber, elencando estratégias de interculturalidade como principal orientador do pensamento, ações e enfoque epistêmicos.

Este conceito de interculturalização é central na reconstrução do pensamento do(a) outro(a), suscitando a alteridade. Portanto, a escola deve deixar de ser o espaço de negação dos saberes para enfatizar a afirmação da diferença, num processo em que os indivíduos e grupos sejam aceitos e valorizados pelas suas singularidades, ao invés de buscar a igualdade pela tentativa de anulação e inferiorização das diferenças

Gomes (2011) e Munanga (1996), apresentam que, apesar da escola ter contribuído para a continuação de práticas racistas e discriminatórias, existe a possibilidade de sua transformação social. Embora não ocorrerá apenas pelo combate ao racismo por meio da legislação, mas também, através de práticas pedagógicas que contribuam para desconstrução de ideias racistas e discriminatórias, valorizando os(as) estudantes negros(as), a partir de ações afirmativas, para que os(as) mesmos(as) tenham oportunidades, condições de acesso e permanência nas escolas. Assim,

a educação escolar, entendida como parte constituinte do processo de humanização socialização e formação, tem, pois, de estar associada aos processos culturais, à construção das identidades de gênero, de raça, de idade, de escolha sexual, entre outros (GOMES; SILVA. 2011, p.18).

Portanto, a Educação perpassa necessariamente por um processo de intervenção que alcance tais aspectos, tornando-se urgente, a necessidade de uma educação antirracista que implique na reformulação dos currículos escolares visando corrigir os estereótipos sobre as representações da história da África e luta do povo negro (SOUZA; SOUZA, 2008, p.13).

Nesse sentido, as visibilidades de histórias de mulheres negras contribuem para essa perspectiva de educação, que desenvolve um pensamento crítico e reflexivo sobre diversidade racial e de gênero, proporcionando uma ruptura de posturas e posicionamentos, centralizando a temática étnica racial no currículo escolar, que fomenta para a construção da identidade negra, no qual é entendida como uma construção social, histórica e cultural.

A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E O EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA

As Mulheres negras resistiram à escravidão e resistem cotidianamente, pois a sua chegada no Brasil, aconteceu, a partir da escravização dos(as) negros(as) trazidos do continente africano, passando por situações de troca e venda, prestando serviços nas “casas grande”, como serviçais, mucamas, e assessorando as suas “senhoras”, ocorrendo após isso a troca de seus nomes, com mudança para típicos religiosos. O que não esperava-se era a luta, e resistências por parte das mulheres negras escravizadas, que segundo Schumacher; Brasil, 2013:

Desde os primeiros momentos, resistiram, lutaram e geraram soluções. Ao longo do tempo, reinventaram verdadeiramente um Mundo Novo, no qual plantaram sementes e valores que brotaram, floresceram e deram os mais variados, belos e vigorosos frutos. Agregaram fé, saberes e sabores às maneiras de ser de toda gente, que, de geração em geração, continua a chegar para ajudar na recriação de novos rumos (SCHUMACHER; BRAZIL, 2013, p.19).

Após o processo de exclusão social em que as mulheres vivenciaram, ainda percebe-se o resultado de tal exclusão, no qual foi gerado a partir da história de luta pela defesa de sua liberdade, respeito a raça negra, e aos seus direitos civis, políticos e sociais.

Assim, identifica-se as duas lógicas que perpassam essa organização de corpos e valores, no qual o racismo e o sexismo, mantidos por processo de inferiorização e subordinação social, fundamentam o mito da democracia racial e de gênero. Para Rodrigues e Prado (2010), a questão de gênero das mulheres negras possui demandas que não podem ser tratadas exclusivamente pela categoria gênero, se não levarem em conta suas especificidades. Por isso, o combate ao racismo é prioritário para as mulheres negras, na medida em que a partir do racismo, se produziu gêneros inferiores no tocante das mulheres negras em relação às mulheres brancas.

Esses aspectos se edificaram e edificam na ausência, no silenciamento, na invisibilidade e na exclusão da história de mulheres negras, no que concerne o ambiente escolar, resgatá-las como parte imprescindível na promoção da igualdade racial, construção da identidade negra e de superação do racismo.

CONCLUSÕES

A educação em relações étnico raciais se apresenta como uma possibilidade de tratar assuntos da diversidade étnico racial através do incentivo e produção de conhecimento, reestabelecendo uma reeducação em atitudes, valores e costumes dos(as) cidadãos(s), tornando-se capazes de dialogar, interagir e respeitar as diferentes culturas.

A Pedagogia é uma ferramenta propulsora imprescindível nesse ofício, de desnaturalizar e politizar a forma como as relações sociais e raciais de desigualdade se formam e são produzidas na sociedade, tornando assim, de extrema relevância a discussão dessa temática na formação de professores(as), servindo de subsídio para as práticas pedagógicas, sustentadas na garantia de direito de sujeitos, que contemple uma educação de qualidade com equidade e alteridade.

Assim, abordar sobre Mulheres Negras nesse contexto, significa desvelar as histórias que por anos foram negadas nos centros educacionais, e que fazem parte da constituição da nação brasileira, elucidando a luta dessas mulheres que participaram e participam ativamente na conquista de direitos e resistência do seu papel social, visto que, até hoje, a mulher negra sofre dupla opressão, de sexismo e racismo, historicamente construída, no qual propicia para o sofrimento psíquico no sujeito.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Assunção J. P. Caminhos Negros e Afrodescendência na Amazônia. In: CAMPELO, Marilu Marcia. (Org.). **Entre os Rios e Florestas da Amazônia: perspectivas, memórias e negros em movimento.** UFPA; GEAM, 2014.
- BENTES, Nilma; **Aspectos da Trajetória da População Negra no Pará: aspectos relevantes.** Belém: UFPA, GEAM, 2013.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branqueamento no Brasil. In: CARONE, I. Bento, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo – Estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2014. Pag. 25-57.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. O desafio da Diversidade. In: GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha B. (Org.) **Experiências Étnico-Culturais para a Formação de Professores.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- MUNANGA, Kabengele. **Estratégias Políticas de Combate à Discriminação Racial.** São Paulo: EDUSP/Estação das Letras, 1996.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil.** Educação em revista Belo horizonte, 2009.
- RODRIGUES, C. S.; PRADO, M. A. M. **Movimento de Mulheres Negras: trajetória política, práticas mobilizadoras e articulações com o estado brasileiro.** Psicologia & Sociedade, 22(3), 445-456, 2010.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres Negra do Brasil**. Ed. Condensada. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.

SOUZA, Edileuza Penha. SOUZA, Bárbara Oliveira. Introdução. In: RIBEIRO, Álvaro S. T. **História e Cultura Afro-Bras**